

GRAMSCI, OS CONSELHOS DE FÁBRICA E A CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA.

Ricardo Rodrigues Alves de Lima. Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História da UFG e Professor da UPIS/DF.

Resumo: O presente trabalho investiga como Antonio Gramsci deu continuidade e trouxe contribuições, em sua trajetória de militante e teórico marxista, à análise crítica da ordem do capital iniciada por Marx e Engels, a famosa “crítica da economia política”. Para isso, a análise é voltada especialmente para a prática política e a produção teórica de Gramsci durante os anos de 1919-1920, período em que participou ativamente das lutas da classe operária italiana em prol da Democracia Operária, a qual teria por base a experiência dos conselhos de fábrica dirigidos pelos operários italianos. A hipótese aqui sustentada é a de que Gramsci manteve a crítica da economia política como um elemento chave do projeto de construção uma sociedade regulada - sua metáfora para o comunismo utilizada nos Cadernos do Cárcere - que superasse o mundo regulado pelo capital por toda sua obra.

Palavras-chave: Gramsci, Conselhos de Fábrica, Crítica da Economia Política

O Biênio Vermelho (1919-1920): Gramsci e a experiência dos conselhos de fábrica

O período histórico da abordagem aqui privilegiado, situado nos anos de 1919 e 1920, corresponde àquele no qual Gramsci, ainda membro do Partido Socialista Italiano (PSI), atua principalmente por meio da revista *L' Ordine Nuovo*, fundada por ele em conjunto com mais três jovens socialistas: Palmiro Togliatti, Umberto Terracini e Angelo Tasca.

O momento no qual fora lançado *L' Ordine Nuovo* - resenha semanal de cultura socialista, conforme seu subtítulo - corresponde a uma conjuntura tensa e dramática da luta de classes e da contradição capital-trabalho em escala internacional. Com a irrupção da revolução socialista na Rússia em 1917, o movimento operário socialista ganhava novo fôlego, pressionando a burguesia industrial e o Estado capitalista tanto nos países capitalistas mais desenvolvidos, como Inglaterra e Alemanha, quanto na periferia do sistema¹. Na Itália, a força antagônica ao capital revelava-se sobretudo no norte do país, em cidades como Turim, região mais avançada no que se refere ao capital industrial. Em

¹ Lembrar que à época, mesmo em países com uma economia capitalista pouco desenvolvida como o Brasil, houve uma forte movimentação operária, como nas greves de 1917 e 1919.

agosto de 1917 os operários de Turim realizaram um grande ato público de apoio à revolução russa e aos bolcheviques e, logo após, uma greve geral, ações que rapidamente se converteriam em ação insurrecional, com o levantamento de barricadas contra a ação da polícia. Cinquenta operários morreram e cerca de duzentos ficaram feridos, com Turim sendo declarada zona de guerra. Com a prisão de quase todos os membros da seção turinense do PSI, Gramsci se tornaria nessa época o secretário da Comissão Executiva Provisória dessa mesma seção.

Apesar da derrota do movimento operário italiano em 1917, os anos de 1919 e 1920 seriam marcados novamente por ações políticas que se contrapunham ao domínio do capital e que tornariam nítidas as diferenças entre as tendências reformistas e revolucionárias no interior do movimento socialista italiano. Tal divergência no interior do movimento operário e socialista se verificava nas posições tomadas em relação às comissões internas de fábrica que se formaram nas indústrias de Turim e que foram objeto da atenção de Gramsci.

É importante ressaltar que diante dessa conjuntura revolucionária em escala nacional e internacional a trajetória intelectual e política de Gramsci convergiu de modo decisivo para a ação revolucionária centrada na hegemonia do proletariado industrial italiano. Isso pode ser verificado a partir das posições que teve como membro ativo do PSI² e do *L' Ordine Nuovo* durante o “biênio vermelho”, especialmente no momento em que o movimento operário italiano colocava em questão a representatividade das comissões internas de fábrica junto aos operários. Criadas inicialmente nas fábricas como órgãos responsáveis pelo controle da disciplina do trabalho, tais comissões, pela pressão crescente dos operários, vão se convertendo em formas de representação e organização política dos trabalhadores nas fábricas, embrião dos conselhos de fábrica de 1919. De acordo com Dias (2000, p.163):

A questão está colocada. O controle operário aparece como peça chave para o movimento operário. O comunismo é a única alternativa para a civilização italiana e, em geral, para a europa. É nesse cenário que é colocada, pelo operário metalúrgico Enea Matta, a questão sobre a representatividade das comissões internas e da necessidade de repensá-las, libertando-as do colaboracionismo. Esta é a origem do célebre editorial que vai promover a mudança da linha de *L' Ordine Nuovo*.

Assim, em junho de 1919, num importante artigo publicado em *L' Ordine Nuovo* e intitulado “Democracia Operária”, Gramsci (2004, v.1, p.247) ressaltava que:

² Em maio de 1919, Gramsci foi eleito membro da Comissão Executiva turinense do PSI.

A fábrica com suas comissões internas, os círculos socialistas, as comunidades camponesas são os centros de vida proletária nos quais é preciso trabalhar diretamente. As comissões internas são órgãos de democracia operária que é necessário libertar das limitações impostas pelos empresários e nos quais é preciso infundir vida e energia novas. Hoje, as comissões internas limitam o poder do capitalista na fábrica e desempenham funções de arbitragem e disciplina. Desenvolvidas e enriquecidas, deverão ser amanhã os órgãos do poder proletário que substituirá o capitalista em todas as suas funções úteis de direção e administração.

Como se percebe na passagem acima, a sua análise tem como ponto de partida o universo da fábrica, espaço central da produção capitalista e da extração de mais-valia sobre a força de trabalho. Nesse sentido, é sua própria ação enquanto ativista político-cultural socialista que o leva a privilegiar a fábrica enquanto ponto central da análise e da ação revolucionária.

Em oposição às tendências socialistas situadas no próprio PSI e que desenvolviam sua perspectiva de ação a partir de um sindicalismo que não transcendia a ordem capitalista, não colocando em questão o regime do trabalho assalariado, Gramsci e os membros do *L' Ordine Nuovo* projetavam os conselhos de fábrica como as instituições que poderiam elevar o operário da condição de assalariado à de produtor, fazendo dos conselhos organismos privilegiados na construção do Estado operário-socialista – em aliança com os camponeses:

Num momento em que a revolução socialista mostrava-se como uma possibilidade real, dada as situações vivenciadas na Rússia, Alemanha, Hungria, Inglaterra e a própria Itália, Gramsci vislumbrava nos conselhos de fábrica a emergência do Estado socialista e da ditadura do proletariado, que já se desenvolvia nas entranhas do Estado burguês:

O Estado socialista já existe potencialmente nas instituições da vida social características da classe trabalhadora explorada. Articular entre si estas instituições, coordená-las e subordiná-las segundo uma hierarquia de competência e de poderes, centralizá-las fortemente significa criar desde já uma verdadeira democracia operária, em eficiente e ativa contraposição ao Estado burguês, preparada desde já para substituir o Estado burguês em todas as suas funções essenciais de gestão e de domínio do patrimônio nacional” (GRAMSCI, 2004, v. 1, p.245-246)

A sintonia das propostas dos intelectuais do *L' Ordine Nuovo* com o movimento revolucionário internacional³ seria salientado pelo próprio Gramsci num artigo intitulado “O Problemas das Comissões Internas”, publicado em agosto de 1919:

³ Comentando a proposta de Gramsci em relação aos conselhos de fábrica, Del Roio (2005, p. 42) ressalta que: “Fazendo analogias com os *shop-stewards* ingleses, como os *räte* alemães e, principalmente, com os *soviet* da Rússia, o movimento insere-se no processo em marcha da revolução socialista internacional.”

Mesmo na forma tosca e primitiva com que se apresentam atualmente, tais comissões correspondem a este princípio afirmado nas revoluções da Rússia e da Hungria: o de que a luta de classe, no período atual da história da indústria capitalista, realiza-se em um novo tipo de organização proletária, que se baseia na fábrica e não na categoria profissional, na unidade de produção e não nos sindicatos de categoria nascidos da divisão do trabalho. Esse novo tipo de organização, desenvolvendo-se, articulando-se, enriquecendo-se de novas funções hierarquicamente ordenadas, constitui o fundamento do Estado socialista, o instrumento da ditadura proletária no campo da produção industrial (GRAMSCI, 2004, v. 1, p.272).

Tem-se, desse modo, uma perspectiva que enfatiza a necessidade da organização autônoma e antagônica da classe operária em relação ao capital, origem de um novo Estado fundado na aliança operário-camponesa. Nesse sentido, é importante ressaltar o grau de penetração dessas concepções no movimento operário italiano, especialmente no Piemonte e em Turim. A revista *L'Ordine Nuovo* chegou a contar em 1920 com 1.100 assinantes e 5000 leitores. Por outro lado, as propostas defendidas nessa revista passaram a orientar efetivamente segmentos do movimento operário italiano, tanto que em novembro de 1919 a FIOM (Federação Italiana dos Operários Metalúrgicos) aprovou o princípio da constituição dos conselhos de fábrica, o qual também fora aprovado diretório municipal do PSI em Turim e pela Câmara do Trabalho de Turim. No entanto, a coerência com a proposta revolucionária levaria o movimento conselhistas à derrota em 1920 frente à burguesia industrial e à própria tendência majoritariamente reformista do próprio PSI:

A tentativa dos patrões de limitar a atuação dos conselhos de fábrica foi respondida, em abril de 1920, com a greve geral, que se espalhou por toda a região do Piemonte, abarcando diversas categorias de trabalhadores. Enquanto o Estado mobilizava o Exército para assegurar a ordem, a Confederação Geral do Trabalho (CGL) opunha-se ao movimento. A reunião da direção nacional do PSI, marcada para acontecer em Turim, foi transferida para Milão, antecipando a posição também contrária ao movimento grevista desencadeado pelos conselhos de fábrica. Com variados argumentos, todas as tendências do partido expuseram suas considerações contrárias à greve e às perspectivas que esta abria. O isolamento levou o grupo do *L'Ordine Nuovo* e o movimento dos conselhos de fábrica à derrota (DEL ROIO, 2005, p.44).

A derrota definitiva do movimento viria em setembro de 1920, quando a FIOM, diante do fracasso das negociações entre empresários e operários ocorridas após abril, decide pela ocupação das fábricas, que ocorreria em 1º de setembro, efetivando-se uma “forma de autogestão operária e de transferência de autoridade, constituindo-se numa ação revolucionária que se opõe ao capital e ao Estado, mas também contra o reformismo instalado no sindicato e no partido socialista” (DEL ROIO, 2005, p.47).

Gramsci e a crítica à ordem do capital

Apesar da derrota que viria logo após a ocupação de fábricas em setembro de 1920, pode-se perceber, por conta da atuação política de Gramsci, o início de uma guinada em sua trajetória intelectual, aproximando-o dos escritos de Marx produzidos a partir do final da década de 1850 e que representavam a mais radical crítica da economia política do capital. Essa aproximação, no entanto, somente iria aprofundar-se na fase do cárcere ⁴, mas já podem ser percebidos alguns elementos fundamentais que seriam retomadas depois.

Em 1917, ao saudar a revolução russa no artigo “A Revolução conta o Capital”, Gramsci, cujo marxismo se expressava mais por um anti-positivismo do que por um conhecimento aprofundado da ordem do capital, afirmava que os bolcheviques “vivem o pensamento marxista, o que não morre nunca, que é a continuação do pensamento idealista italiano e alemão, e que em Marx se havia contaminado de incrustações positivistas e naturalistas” (GRAMSCI, 2004, v.1, p.127). Nessa linha de raciocínio, Gramsci valorizava a ação política dos revolucionários russos por entender que eles não incorreram no determinismo de Marx de *O Capital*, livro que, a despeito de sua grandeza, favorecia uma leitura etapista da história, legitimando a concepção de que em países atrasados o poder burguês deveria preceder a revolução socialista. Porém, a fase conselheira de Gramsci, de acordo com a hipótese aqui defendida, implicará o início de uma compreensão mais aprofundada da lógica do capital e da própria obra de Marx. No artigo “O Conselho de Fábrica”, publicado em junho de 1920, logo após a derrota do movimento operário revolucionário nas greves de abril, Gramsci numa reflexão sobre a revolução parece retomar as indicações de Marx contidas no prefácio de *Para a Crítica da Economia Política* (1859):

A revolução proletária não é o ato arbitrário de uma organização que se diz revolucionária ou de um sistema de organizações que se dizem revolucionárias. A revolução proletária é um longuíssimo processo histórico que tem lugar quando surgem e se desenvolvem determinadas forças produtivas (que resumimos na expressão ‘proletariado’) num determinado ambiente histórico (que resumimos nas expressões ‘modo de propriedade individual’, ‘modo de produção capitalista’, ‘sistema de fábrica’, ‘modo de organização da sociedade no Estado democrático-parlamentar’). Numa determinada fase deste processo, as novas forças produtivas não podem mais

⁴ Assim, de modo similar a Marx, no século XIX, que percebia a necessidade de estudar o capital a partir de seu ponto mais avançado historicamente - a Inglaterra, Gramsci, no famoso ensaio *Americanismo e Fordismo*, vai interpretar a expansão da ordem do capital no século XX a partir de seu ponto mais desenvolvido – os EUA. No entanto, essa continuidade se estabeleceria não apenas nos Cadernos do Cárcere, escritos entre 1929 e 1935, mas a partir da experiência de Gramsci durante o período dos conselhos de fábrica na Itália.

se desenvolver e organizar de modo autônomo nos quadros oficiais em que se processa a convivência humana. É nesta determinada fase que lugar o ato revolucionário, que consiste num esforço orientado no sentido de quebrar violentamente estes quadros, de destruir todo o aparelho de poder econômico e político em cujo interior as forças produtivas revolucionárias estavam contidas de modo opressivo; [...]” (GRAMSCI, 2004, v. 1, p. 361-362).

No caso, para Gramsci a revolução aos invés de ocorrer simplesmente no plano das instituições políticas burguesas do Estado, “se realiza no terreno da produção, da fábrica, onde as relações são entre opressor e oprimido, explorador e explorado, onde não existe liberdade para o operário, onde não existe democracia. O processo revolucionário se efetiva onde o operário não é nada e quer se tornar tudo” (GRAMSCI, 2004, v. 1, p.363). Assim, a própria condição de intelectual orgânico⁵ do proletariado fabril mais desenvolvido da Itália conduziria Gramsci em sua trajetória intelectual à *O Capital*, de Marx.

Isso pode ser vislumbrando nos seus escritos e na sua ação política durante o biênio vermelho em que já inicia a crítica da “fase imperialista do processo histórico da classe burguesa” em que “o poder industrial de cada fábrica se separa da fábrica e se concentra num truste, num monopólio, num banco, na burocracia estatal. O poder industrial torna-se irresponsável e, portanto, mais autocrático, mais impiedoso” (GRAMSCI, 2004, v. 1, p.364-365). Em contrapartida, novas possibilidades se abriam para a revolução socialista, à medida que “o operário – liberto do espírito servil de hierarquia, impulsionado também pelas novas condições gerais em que a sociedade se encontra, em função da nova fase histórica – obtém inestimáveis conquistas de autonomia e de iniciativa” (GRAMSCI, 2004, v. 1, p.365). Assim, para além da crítica à fase imperialista do capital, tem-se a teorização do novo poder operário que se delineava naquela conjuntura, projetando os “organismos que representam a fábrica como produtores de objetos reais e não de lucro” (GRAMSCI, 2001, v. 4, p.313).

⁵ A própria concepção de intelectual orgânico desenvolvida por Gramsci nos Cadernos do Cárcere serve para elucidar o seu papel na conjuntura de 1919-1920 na Itália: “Todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político” (GRAMSCI, 2001, v. 2, p.15). O desenvolvimento da consciência em relação ao papel econômico, político e social da classe operária italiana naquele momento da história era o que buscavam Gramsci e os demais integrantes de *L'Ordine Nuovo*.

Gramsci e o Brasil

Por fim, algumas breves considerações sobre o significado deste tipo de pesquisa no contexto das pesquisas histórico-políticas desenvolvidas atualmente no país. A forma de interpretar o autor aqui proposta visa estabelecer um contraponto não apenas com as atuais leituras fragmentadas da obra de Gramsci, as quais apropriam-se apenas de elementos pontuais de sua obra – como, por exemplo, os conceitos de hegemonia, intelectual orgânico e sociedade civil - mas fundamentalmente com as leituras que acentuam apenas a dimensão política das análises do autor, sobretudo as desenvolvidas sobretudo na década de 1970 entre intelectuais brasileiros e que ainda persistem. Vale ressaltar que na conjuntura do regime militar no Brasil (1964-1985), a difusão da obra de Gramsci esteve intimamente relacionada a uma leitura que identificava nesse autor um fino analista político, capaz de fornecer chaves explicativas para o entendimento da dimensão superestrutural das relações de poder nas sociedades capitalistas do século XX. Nesse sentido, sua análise da política também seria decisiva para o delineamento da estratégia adequada para a esquerda socialista em sociedades de perfil ocidental, constituídas por uma sociedade civil cada vez mais complexa. Esse foi o caso, por exemplo, do uso de Gramsci por intelectuais vinculados ao PCB durante o regime militar para fundamentarem teoricamente a estratégia, centrada na democracia, de enfretamento do regime militar e de construção de uma nova sociedade que superasse todo um conjunto de tradições autoritárias e excludentes que marcaram a história brasileira. Ainda que aponte aspectos realmente inovadores na obra de Gramsci, sugere-se aqui que essa interpretação acabou por favorecer uma visão politicista da obra do autor, tornando-a instrumental a projetos políticos de caráter liberal-democrático e, portanto, vinculados à continuidade do capitalismo, ao contrário da própria proposta política de Gramsci.

Bibliografia

DEL ROIO, Marcos. **Os Prismas de Gramsci**: a fórmula política da frente única (1919-1926). São Paulo: Xamã, 2005.

DIAS, Edmundo F. **Gramsci em Turim**: a construção do conceito de hegemonia. São Paulo: Xamã, 2000.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. 6 v. Tradução e organização de Carlos Nelson Coutinho, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999-2002.

_____. **Escritos Políticos**. 2 v. Tradução e organização de Carlos Nelson Coutinho.
Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.